

MATERNIDADE: UM OLHAR PARA O SENTIMENTO DE INVISIBILIDADE DA MULHER

MOTHERHOOD: A LOOK AT WOMAN'S FEELING OF INVISIBILITY

Joyce de Moraes Silva¹
E-mail: joymsilva2019@gmail.com

Profa. Dra. Terezinha A. de Carvalho Amaro²

1 – Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

2 – Docente do Curso de Psicologia Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

RESUMO

Introdução: ao longo dos anos, o comportamento social diante à maternidade com foco na abdicação exigida à mulher, conduziram a uma estruturação disfuncional e observa-se resquícios na sociedade contemporânea. Deste modo, o movimento de valorização prioritária do cuidado com o bebê teve sua trajetória pautada na anulação feminina e possíveis desvinculações entre a figura mulher e mãe e conseqüentemente sofrimento psíquico. O objetivo deste estudo se dá por meio da compreensão da estruturação do papel materno, uma vez que poucas bibliografias brasileiras são encontradas em torno dos aspectos vivenciados pela mulher nesta etapa de sua vida. Método: trata-se de revisão bibliográfica de caráter exploratório. Resultados: foi possível perceber que a construção social sobre a maternidade na vivência feminina decorreu-se em uma constante anulação de si e sobrecargas de papéis ideais. Obteve sua origem pautada em manejos políticos com reminiscências percorridas por séculos à frente. Conclusões: ressalta-se assim a importância do olhar para a mulher durante a maternidade e a compreensão de seus sofrimentos psíquicos advindos por vezes desta estruturação social e a necessidade da resignificação e cuidado com ambos os sujeitos incluídos nesta relação maternal.

Palavras Chave: maternidade, mulheres, psicologia

ABSTRACT

Introduction: over the years, social behavior against motherhood with a focus on the abdication required of women have to lead to a dysfunctional structuring and there are remnants in contemporary society. In this way, the movement of priority

valorization of baby care had its trajectory based on female annulment and possible disconnections between the woman and mother figure and result in psychic suffering. The objective of this study is through the understanding of the structuring of the maternal role, since few Brazilian bibliographies are found around the aspects experienced by women in this stage of their life. Methods: the objective of this work was to analyze the historical origin of this behavior through an exploratory bibliographical review. Results: it was possible to perceive that the social construction on motherhood in the feminine experience took place in a constant cancellation of self and overload of ideal roles. Obtained its origin based on political managements with reminiscences traveled for centuries ahead. Conclusions: the importance of looking at women during maternity and the understanding of their psychic sufferings that sometimes arise from this social structuring and the need for resignification and care of both subjects included in this maternal relationship is thus highlighted.

Keywords: motherhood, women, psychology.

INTRODUÇÃO

A concepção de maternidade, nem sempre foi vista e vivida com os mesmos valores sociais e significados de nossa contemporaneidade. A presença do vínculo afetivo e cobrança dos cuidados maternos no Brasil se fazem relativamente novos quando comparados à história integral da função materna, a qual, foi modificada e transformada ao longo dos anos por interesses econômicos, políticos e culturais para então, estruturar o aspecto atual conhecido.

De acordo com De Moura e Araújo¹ o significado de instinto materno foi inserido na história da civilização ocidental através de discursos de cunho político a partir do século XVIII, movimento que segundo os autores, apresentou-se simultaneamente no Brasil por meio da colonização. Del Priore² menciona a correlação deste projeto com o manejo direto da população feminina, surgindo assim a intenção de domesticar a mulher a fim de amenizar as oposições encontradas e aumentar a população de forma a preencher as lacunas demográficas, efetuando o uso da maternidade a serviço da colonização.

Para tanto, o discurso inserido se aprimorou transpassando séculos a frente, onde De Moura e Araújo¹ pontuam o crescimento de uma valorização do movimento de abdicação da mulher para ser compreendida como uma mãe ideal e mencionam a insatisfação de parte das mulheres incluídas neste cenário ao sentirem-se reduzidas à função materna. A valorização do ambiente no desenvolvimento infantil e a delineação da mãe dedicada como ideal para este âmbito, trouxe consigo grandes contribuições para a visibilidade da criança, porém poucos olhares para a mulher por trás do cuidado.

O objetivo traçado neste estudo se dá por meio da compreensão desta estruturação do papel materno, uma vez que poucas bibliografias brasileiras são encontradas em torno dos aspectos vivenciados pela mulher nesta etapa de sua vida. A busca pelo cuidado e pela escuta atenta às demandas das mulheres que

experienciam a maternidade são agentes modificadores do bem estar e da saúde psíquica. Para tanto, é necessário compreender os fatores históricos e culturais que rondam o ambiente no qual ela se encontra para ressignificar a importância do olhar centrado no equilíbrio de cuidado nesta relação maternal e de maneira transformadora em seus conteúdos sociais.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica com caráter exploratório a partir de levantamentos em fontes secundárias como livros, artigos e trabalhos acadêmicos pesquisados entre os anos de 2004 a 2018 para compreender como se estruturou a visão contemporânea da mulher frente a gravidez e as imposições sociais no papel materno.

A partir deste levantamento, foi relacionado a construção deste papel social feminino com a invisibilidade vivenciada neste cenário. A reflexão foi efetuada com a base na psicologia gestacional frente aos nuances da anulação feminina e a hiper valorização de um dos lados da relação mãe-bebê, obtendo a coleta de dados de forma qualitativa, uma vez que foi realizado o levantamento e a análise da literatura como base e abordado artigos acadêmicos que auxiliaram na estruturação da pesquisa.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

A gestação e a condição feminina ao longo dos anos.

Instaurado o período colonial no Brasil, houve um choque cultural que atingiu principalmente o gênero feminino em sociedade. Os costumes estrangeiros se depararam com a distinção entre as mulheres brancas e as mulheres indígenas em diversos aspectos sociais, incluindo a concepção de maternidade e papéis atribuídos entre os gêneros². Para a autora, a descrição encontrada nos documentos históricos sofrera interferências dos paradigmas teológicos cristãos como julgamentos e estranhamentos da parte dos narradores, os quais partiam do princípio que os homens brancos eram os eleitos de Deus e por isso superiores aos povos do novo continente, desta forma, as diferenças de comportamentos eram vistas como pecados e os povos como primitivos.

Apesar do sentimento maternal em sua afetividade ser igualmente desvalorizado nos dois continentes no período pré-colonial, sendo apenas modificado na Colônia quando, em conjunto, estas modificações passaram a ocorrer na Metrópole¹, a estrutura dos cuidados e participações na maternidade eram compreendidas e vivenciadas de maneiras distintas entre ambos. Segundo Del Priore³ o homem inserido na cultura das tribos tupinambás, exercia papéis fundamentais nos ritos do nascimento de sua prole, diferentemente do homem branco, uma vez que esta função na cultura europeia era destinada apenas às mulheres.

As índias tupinambás segundo Del Priore³, contrário as europeias que se abstinham de qualquer esforço físico durante a gestação, ao entrarem neste

período não se afastavam das tarefas de trabalho até o momento do parto. Os homens por sua vez, exerciam a responsabilidade de atuar em complicações parturais e realizar o corte do cordão umbilical no caso de nascimento de um menino, desempenhando o ofício de parteira. Após o nascimento, por três dias era efetuado pela mãe e pelo pai uma restrição alimentar a fim de proporcionar, segundo suas crenças, saúde ao bebê. Dentro do mesmo período, o resguardo era realizado por ambos que não exerciam seus trabalhos até o momento em que o umbigo do bebê estivesse caído.

Diferente dos costumes europeus, o homem da tribo tupinambá recebia visitas sendo cumprimentado pela aldeia devido ao nascimento do filho, enquanto do outro lado do Atlântico, Del Priore³ menciona que o resguardo era designado e exigido apenas à figura feminina, sendo as visitas e cumprimentos designados às mulheres. A autora acrescenta que após este período, as mulheres tupinambás retomavam seus trabalhos sem se apartar de sua prole, sendo responsáveis pela nutrição e defesa de seus bebês. Ação que diferenciava dos costumes europeus, de forma que as mulheres entregavam seus filhos para os cuidados das amas.

A ausência do afeto e ligação materna demonstradas nos costumes europeus frente aos cuidados primários, também eram notados nas tribos indígenas em relação a estrutura de parentesco onde as mulheres índias livravam-se da criança em situações nas quais ficavam grávidas de inimigos, atirando-os em rios, enterrando e matando suas proles³. Simultaneamente na Europa, esta debilidade do sentimento maternal era notada devido à ausência de vínculos afetivos entre os cônjuges e por consequências à prole, além da baixa expectativa de vida frente ao nascimento devido às condições da época que colaboravam para o não estabelecimento de afeto com a gestação do bebê, uma vez que a chance de sobrevivência era pequena¹.

Com as divergências culturais deparadas, a mulher índia tornou-se alvo do remodelamento e adestramento dentro do projeto colonizador, uma vez que suas funções eram compreendidas pelo povo estrangeiro como pertencentes aos homens, sendo postulado a elas o símbolo do mau que habitava o mundo devido às suas posições sociais na guerra, sexualidade e resistência a catequização, sendo os homens índios por sua vez, poupados destes significados perante os missionários³.

Segundo Del Priore² os valores empregados pela Igreja a serviço do Estado reforçaram o ideal de que a gestação seria o ápice da vida feminina, pois afastaria a mesma da vinculação com a imagem de Eva que era tida como símbolo dos pecados e impulsos condenados, e aproximaria da imagem de Maria que representava a pureza trazendo o salvador ao mundo. Aquelas que não se encaixavam neste papel sagrado da maternidade eram vistas com maus olhos perante a sociedade, as infecundas eram tidas como incapazes de obter a pureza em seu revestimento e aquelas cuja as quais obtinham escolha, eram postas em uma encruzilhada entre permanecerem com o estigma de uma mulher sem qualidades ou integrar-se ao sistema e renderem-se a este papel unicamente materno.

Cordeiro⁴, menciona que esta importância dada a santidade materna tinha objetivos econômicos e políticos na sua construção para popular as terras

brasileiras, o número de filhos era valorizado a partir da alta quantidade gerada pelo casal, os quais trariam renome e prestígio. Com o foco no aumento populacional e idealização da maternidade para chegar a este, a mulher começou a ser posta de lado enfrentando o descaso social para consigo. Exercendo apenas o papel de procriação dentro da sociedade devido ao discurso religioso dominante, estas mulheres tentavam suportar o preço que lhe era cobrado.

Para a consolidação do discurso normativo religioso, a medicina passou a ser utilizada como reforço nas concepções da Igreja que instituíram o papel feminino restrito ao materno, alegando que seu destino biológico era a procriação. As duas vertentes que se interligavam, sendo a Igreja responsável pela categorização da saúde da alma e o saber médico responsável pela categorização da normalização e saúde do corpo, frisaram o papel feminino da época na atribuição do principal funcionamento do corpo e destino moral, na geração da vida².

O papel inserido sobre a população feminina no projeto colonizador, trouxe consigo uma posição de ambivalência na vivência da mulher em sociedade, pois segundo Del Priore² ao passo que esta concepção da procriação era exigida da mesma, a mulher começou a ser vista pela sociedade com uma importante função antes não atribuída na construção europeia. A maternidade passou então a ser aceita pela Igreja apenas dentro de matrimônios lícitos, e as mulheres que não se encaixavam neste quadro, eram retiradas desta posição de prestígio social. Porém tal processo era destinado às mulheres brancas e índias, chegando apenas para as mulheres negras no século XIX segundo a historiadora.

A maternidade no âmago do destino feminino.

Junto à construção do modelo materno, o projeto normatizador trouxe consigo o ideal de cuidado para com a prole designada na abdicação, movimento que passava a ser o fator essencial para a sobrevivência da mulher em meio às regras do Estado e da moral da Igreja. Aquelas, as quais passavam a utilizar seu corpo para além da função procriativa, segundo Del Priore² eram enxergadas sob a ótica de uma elaboração de conceitos morais traduzidos em substantivos de “[...] a puta, a manceba, a solteira [...]” e teriam sido perseguidas pelos seus atos revolucionários ao modelo imposto.

Enquanto frente ao olhar da Igreja em meados do século XVIII, a mulher teria sua função no “[...] símbolo quase assexuado da maternidade, cuja a moldura era o de cuidado com os filhos, a obediência a Deus e ao marido [...]”², a medicina por sua vez intensificou de maneira laudatória este propósito instituído para as mulheres, uma vez que compreendeu a funcionabilidade do útero restrito a procriação tomando como normatizada apenas a mulher que obtinha esta reprodução em andamento. Segundo a autora, as mulheres a partir deste olhar, passaram a se deparar com riscos à própria vida por imposição de uma atuação unicamente reprodutiva, sendo vítimas de doenças e infecções por tantas gestações seguidas e partos malfeitos.

No âmbito da perda da identidade feminina, sua sexualidade já condenada pela Igreja e deslocada para a função de gerar, foi atingida também no processo da mãe ideal. A maternidade deveria ser um meio nulo dos desejos da mulher, sobrepondo apenas a devoção para com a outra vida. A desvinculação da figura mulher e mãe seguiu por caminhos físicos de sua natureza ao retirarem sua erotização, desta maneira segundo Del Priore² o sexo durante a amamentação passou a ser visto com maus olhos pela sociedade, tendo seu seio ressignificado para a função exclusiva da nutrição, onde “O seio não podia mais corresponder a qualquer tentação ou desejo. A sua função sexual fora substituída pela função alimentar, e de objeto voluptuoso [...]”² anulando e proibindo sua vertente erótica após a maternidade, sendo permitida a relação sexual neste período apenas no final do século XVIII para valorização da ética conjugal.

O controle da sexualidade da mulher teria sido disseminado e contornado pela Igreja e pela medicina por meio do recurso de culpabilização. Neste movimento, não apenas os atos de natureza física seriam incluídos, como também seus pensamentos, uma vez que “O filho imperfeito não precisava ser apenas o resultado do sexo em dias proibidos ou com animais, mas ele era também resultado da imaginação feminina”². De acordo com a autora, o poder de tais pensamentos femininos geradores de desvios de conduta, eram vistos e vividos como motivos para seu adestramento.

No vislumbre do século XIX, a concepção da sexualidade feminina em convívio com a maternidade era compreendida como um funcionamento anormal, uma vez que “Partia-se por princípio de que, por natureza, na mulher, o instinto materno anulava o instinto sexual [...]”³, porém no final deste século e início do século XX, pensamentos médicos que reconheciam o desejo e o prazer sexual feminino junto com sua necessidade de realizá-los, segundo Del Priore³ coexistiram combatendo a tese anteriormente mencionada.

Com o decorrer do século XX e inserção da mulher em direitos sociais como o trabalho, estudos e sua participação nas lutas de classes, o ideal feminino ainda era pregado e impregnado em grande parte da sociedade. Nos anos 50, o Brasil trazia consigo distinções ainda nítidas de papéis femininos e masculinos, que segundo Del Priore³, o modelo de mulher ideal dava continuidade às ocupações do lar, devoção a maternidade e ao cônjuge, trazendo ao imaginário social a incompatibilidade entre seus afazeres e a vida profissional.

De Moura e Araújo¹ mencionam segundo Chodorow (1990) a ambivalência ocorrida no cenário da maternidade, em que as taxas de natalidade caíram e as mulheres ingressaram com mais afinco no mercado de trabalho, sendo no mesmo tempo, manejado o crescimento da ideologia da mãe ideal. Os autores ainda complementam com o pensamento da autora Lo Bianco (1985) no início da modificação do papel da mulher, “[...] já não era mais possível pensar o papel materno como o único disponível para as mulheres, embora permanecesse quase obrigatório e claramente central [...] uma experiência contraditória e ambivalente em relação ao papel materno.”¹

Apesar do contraste apresentado com o início da luta pelos direitos igualitários entre os gêneros, a forte construção da maternidade na vivência

feminina do século XX, trazia consigo ainda a sobreposição do olhar para com um dos lados da relação. De Moura e Araújo¹ mencionam a contribuição da psicologia para este olhar com fortes autores como Klein e Winnicott, os quais se propuseram ao estudo das relações objetais primitivas, trazendo grandes avanços para o desenvolvimento infantil, porém o desequilíbrio no olhar dual da relação mãe e bebê ainda se mostra presente no âmbito acadêmico, e as demandas de uma construção cultural do papel materno ainda como demandas latentes em nossa contemporaneidade.

De acordo com pesquisas realizadas mediante o posicionamento da mulher na maternidade no século XXI, foi possível observar resquícios da construção materna sob a ótica da sexualidade feminina segundo Vanelli⁵, onde pontua que o fator histórico da má visibilidade do sexo durante a gestação e a compreensão da libido feminina como unicamente direcionada ao cuidado materno, trouxe consigo a exclusão do sexo em sua vivência e ao citar Hernandez e Hutz (2008), apresenta a consequência deste movimento em credices nas quais a mulher, uma vez que tornada mãe, não possui desejo sexual. Em seu estudo a autora apresenta que grande parte dos casais que ingressam na paternidade vivenciam uma diminuição na satisfação sexual a partir de receios entorno da correlação do sexo com o período gestacional, além da concepção dos novos papéis sociais de mãe e pai que se contraporia ao papel de mulher e homem.

A anulação da mulher e a abdicação designada a ela por meio do projeto colonizador no Brasil, teve sua consequência também frente ao ambiente de trabalho na atualidade. Beltrame e Donelli⁶ apontam a valorização do discurso da mulher neste âmbito e em paralelo a valorização do papel materno e do lar, onde ambos travam um constante conflito social para a população feminina dentro da maternidade, “[...] as mulheres que optam por serem mães sofrem estigma social, sobrecarga e tendem a postergar o retorno ao trabalho.”⁶

O papel materno constituído unicamente ao gênero feminino, visto como não pertinente ao homem tais cuidados e educação da prole², deixou sua marca no discurso social contemporâneo como apresentado por Beltrame e Donelli⁶ ao pontuarem as pressões sociais vivenciadas pelas mulheres que conciliam sua vida privada e pública. Dentro desta perspectiva de abdições, citam também uma pesquisa realizada por Hock e DeMeis (1990) a qual obtém dados referentes a taxa de depressão vivenciada por mulheres que abandonam o emprego após a maternidade, “[...] o estudo coloca que as mães que preferiam trabalhar, mas ficaram em casa, apresentaram índices mais altos de sintomas depressivos comparadas às que não o faziam.”⁶

Estes dados também são observados em outras pesquisas quando olhadas sob a ótica da invisibilidade desta mulher frente ao período gestacional e à maternidade, os quais não serão aprofundados, mas que possuem grande relevância para futuras compreensões e aprimoramentos. Pereira e Lovisi⁷, apresentam possibilidade de desencadeamento de sintomas depressivos devido a anulação sofrida pela mulher e a perda de olhares das pessoas de seu âmbito social.

Ainda há muito o que ser postulado no entorno da saúde emocional e do sentimento de invisibilidade vivenciado por parte das mulheres neste período,

uma vez que pouco se foi encontrado no meio acadêmico a respeito deste olhar perante sua própria vivência de abdicação sugerida com pareceres de imposição da sociedade. As contribuições mencionadas anteriormente a respeito das reminiscências deixadas por uma estruturação histórica deste comportamento de anulação feminina, apontam consequências de forte cunho emocional para tais mulheres. Assim, a tomada de consciência deste funcionamento é essencial para possibilitar ações modificadoras e de movimentos que permitam ressignificar o entorno deste contexto vivenciado, reforçando a necessidade por maiores pesquisas frente à saúde mental da mulher dentro da maternidade.

CONCLUSÕES

Os estudos sobre a origem do ideal materno e suas construções em torno da abdicação feminina para o cuidado com o bebê, mostraram inicialmente a questão política e econômica, mas apresentaram grandes avanços e visibilidade para o desenvolvimento infantil.

No entanto, a mulher passou por cobranças sociais que anularam sua sexualidade, desejos, envolvimento ativo na sociedade e que por vezes foi desvinculada do papel mulher quando mãe. Diante às reminiscências deixadas na contemporaneidade, a apresentação de sofrimentos psíquicos como as vinculações de manifestações depressivas advindas desta ausência de olhar e cuidado para a mulher na relação mãe e bebê. Além disso, a redução de seu papel social após a maternidade, faz a compreensão de sua construção social extremamente importante para uma modificação deste olhar e abertura para pesquisas futuras com foco na saúde psíquica da mulher neste contexto.

REFERÊNCIAS

1. De Moura, SMSR; Araújo, MF. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar 2004.
2. Del Priore, M. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2009. (2a ed.). São Paulo: UNESP.
3. Del Priore, M. *História das mulheres no Brasil*. 2018 (10a ed.). São Paulo: Contexto.
4. Cordeiro, MS. Mãe: A invenção da história. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero: Desafios Atuais dos Feminismos*, Florianópolis, SC, Brasil, 10, set 2013.
5. Vanelli, C, Da Silva, JC. *Sexo na gestação na percepção masculina*. *Psicologia.pt*, SC, Brasil, 2011.

6. Beltrame, GR; Donelli, TMS. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. Aletheia, Canoas, Brasil, n.38-39, p. 206-217, maio-dez 2012.

7. Pereira, PK; Lovisi, GM. Prevalência da depressão gestacional e fatores associados. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 144-153, 2008.